

DESENVOLVIMENTO, SUBDESENVOLVIMENTO, MAU-DESENVOLVIMENTO E PÓS-DESENVOLVIMENTO: UM OLHAR TRANSDISCIPLINAR SOBRE O DEBATE E SUAS IMPLICAÇÕES¹

Koldo Unceta Satrústegui²

RESUMO

Neste artigo são analisados alguns dos problemas teóricos e metodológicos associados ao debate sobre a noção de desenvolvimento, a luz da experiência das últimas décadas, assim como das influências que tem sobre sua conceitualização. Partindo das origens e dos fundamentos da noção de progresso no pensamento clássico, este ensaio descreve o paulatino reducionismo que o conceito de desenvolvimento vem sofrendo, assim como as insuficiências de outras categorias de análises – como o subdesenvolvimento – para explicar os problemas que afetam, na atualidade, o bem estar das sociedades humanas. Debate-se as limitações que representam tanto as atuais correntes dominantes como os chamados enfoques pós-desenvolvimentistas, apresentando alguns dos principais problemas metodológicos aos que visam propor noções alternativas de desenvolvimento.

PALAVRAS-CHAVE

Desenvolvimento, subdesenvolvimento, pós-desenvolvimento, crescimento econômico, globalização, sustentabilidade, direitos humanos.

ABSTRACT

This article examines some of the theoretical and methodological problems involved in discussions about the notion of development in light of the experience of the last decades, as well as the influences it has on its conceptualization. Starting with the origins and foundations of the notion of progress in the classical thought, this essay describes the gradual reductionism that the concept of development has suffered, as well as the shortcomings of other categories of analysis, such as underdevelopment, to explain the problems that currently affect the welfare of human societies. It discusses the limitations that represent both the actual dominant chains and the so-called post-developmental approaches, presenting some of the main methodological problems that aim to propose alternative notions of development.

INTRODUÇÃO

Durante as últimas décadas, a economia do desenvolvimento e, de maneira geral, os estudos sobre desenvolvimento – entendidos de maneira ampla como a análise das condições capazes de favorecer o progresso e o bem estar humanos – atravessam certa

¹Artigo originalmente publicado em espanhol, na Revista Carta Latinoamericana: contribuciones en desarrollo y sociedade en América Latina, no nº 7, de abril de 2009. Tradução de Eric de Sales

² Catedrático de Economia do Desenvolvimento na Universidad del País Vasco (UPV/EHU) e investigador do Instituto Hegoa de Estudos sobre o Desenvolvimento e a Cooperação Internacional. Contato: koldo.unceta@ehu.es

crise. Frente ao vigor e a relevância dos debates ocorridos durante a segunda metade do século XX, parece que, atualmente, estudos sobre desenvolvimento têm perdido importância no campo das ciências sociais, em favor de enfoques centrados no curto prazo e/ou em análises conjunturais de realidades particulares. Tal perspectiva não está alheia à complexidade do quadro em que atualmente estão inscritos os processos de desenvolvimento, caracterizados pela interação de fenômenos econômicos e sociais que operam em diferentes níveis e escalas, que vão do local para global, e que abarcam um crescente número de temas.

Também não se deve ignorar a situação pela qual atravessam as ciências sociais – e, especialmente, a economia – cujas correntes dominantes têm demonstrado uma notável incapacidade de enfrentar o estudo dos problemas no mundo atual, assim como para integrar o debate de algumas abordagens que surgiram mais recentemente. É preciso ressaltar a este respeito um devastador efeito produzido pelo reducionismo conceitual e metodológico que é imposto em certos nichos acadêmicos, deixando órfãos de algumas perspectivas de épocas anteriores, os estudos sobre desenvolvimento, dotados com menos instrumentos para, paradoxalmente, terem que enfrentar a análise dos fenômenos mais complexos (um problema apontado há quase três décadas por Hirschman, 1980, em *“vuelta a la monoeconomía”* no seu famoso ensaio *Auge y ocaso de la teoría económica del desarrollo*).

Nesse contexto, o chamado pensamento *oficial* sobre o desenvolvimento tem mostrado algumas limitações teóricas e metodológicas para internalizar alguns dos desafios mais importantes que na atual condição de bem-estar dos seres humanos e sua projeção para as futuras gerações, sem que a incorporação de algumas variáveis altere a raiz do discurso. No entanto, e apesar disto, nos últimos tempos tem ganho distintos enfoques que questionam ideias e conceitos apenas discutidos anteriormente. Alguns enfatizam a necessidade de rever a relação entre fins e meios para alcançar um objetivo – o bem-estar humano – que é considerado uma meta universal, que eleva a necessidade de crescimento econômico para produzir sua supremacia em consideração a outros assuntos, como aumento da capacitação e sustentabilidade. Outras correntes, no entanto, defendem a negação do desenvolvimento como objetivo universal, enquanto reivindicam a necessidade de analisar a realidade social de fora, ou seja, das próprias referências da modernidade. Deste modo, o que se convencionou denominar de Agenda de Desenvolvimento se encontra abertamente mediada pelas limitações que a atualidade caracteriza como própria concepção do mesmo, isto é, do desenvolvimento.

O objetivo deste artigo é justamente analisar a situação atual do debate, para realizar um esforço teórico orientado a uma redefinição do conceito de desenvolvimento, e para tentar identificar alguns dos problemas associados a uma empresa desta natureza.

Isso exige, necessariamente, realizar certa – ainda que breve – retrospectiva, que nos permita situar melhor a encruzilhada onde se encontram os debates atuais.

O PONTO DE PARTIDA: OS CLÁSSICOS E O PROGRESSO

A preocupação levantada no final do século XVIII e início do século XIX para conhecer os fatores capazes de propiciar o progresso humano, para estudar as chaves que poderiam favorecer níveis mais elevados de bem-estar em um e outro lugar, encontram-se vinculadas aos fenômenos complementares: de um lado, o universo filosófico associado à modernidade e, de outro, as mudanças no sistema produtivo derivado da revolução industrial. Se o triunfo da razão e do conhecimento científico sobre outros processos de aproximação da realidade supôs a consolidação de um modo específico de compreensão da sociedade e sua relação com a natureza, a enorme capacidade de transformação decorrente da industrialização veio a corroborar as possibilidades de pensar nos termos de um progresso universal, afastando o pessimismo e o conformismo de épocas anteriores, caracterizadas pela escassez e pelo domínio das explicações do mundo baseadas em intuição ou religião. A ilustração veio romper as fronteiras do pensamento existente anteriormente, reivindicando a emancipação do mesmo através da razão científica. Por outro lado, a Revolução Industrial terminou muitas das limitações derivadas de técnicas pouco produtivas, abrindo as portas para a possibilidade de produzir todo o necessário para a realização do bem-estar humano.

Quando Adam Smith escreveu *A Riqueza das Nações*, foi de alguma forma, “inaugurado” o debate sobre o desenvolvimento que tem alcançado nossos dias. Anteriormente, outros pensadores – desde Kautilya na antiga Índia, a Aristóteles na Grécia clássica ou Santo Agostinho na Europa medieval - haviam teorizado sobre a oportunidade ou não, de determinadas ações ou decisões em alcançar uma maior prosperidade para as cidades, países, reinos e seus habitantes. Entretanto, somente no Século XVIII, de mão do pensamento iluminista, caminho de uma perspectiva racional e universalista sobre estas questões estaria aberto. Com isso, não só se impõe um desenvolvimento do conhecimento crescente emancipado da religião, mas também uma concepção global no mundo capaz de superar as visões particularistas mediadas por crenças locais.

No entanto, o surgimento de uma preocupação e um debate com inclinação universalista – além de preocupações vinculadas a realidades em áreas sociais ou áreas geográficas específicas - não pode separar as expectativas abertas para as realizações da Revolução Industrial. Apenas levando em conta o crescimento exponencial da produção de carvão, de aço e têxtil; observando a multiplicação constante de quilômetros de ferrovias ou lembrando-se do movimento da população da Europa para a América, todos

os fenômenos característicos do século XIX, podem levar à compreensão do otimismo de uma época e à fé, quase cega, nas possibilidades de novas técnicas produtivas. Haviam sido quebrados muitos dos estreitos limites que condicionaram, durante séculos, a capacidade de satisfazer as necessidades das sociedades densamente povoadas, inaugurando um novo tempo em que a humanidade, se organizada corretamente – questão que daria lugar a outro debate – poderia beneficiar-se de "uma opulência generalizada", que se estenderia "aos estamentos mais baixos do povo", segundo Adam Smith, ou "algumas forças produtivas mais massivas e colossais do que todas as gerações anteriores juntas", em palavras de Karl Marx. Foi aberta definitivamente uma época distinta no debate sobre o progresso e o desenvolvimento, caracterizado pela emergência de novas referências filosóficas e teóricas, e por expectativas nunca antes contempladas. Mas o advento da Modernidade³ e da era industrial veio transformar também a consideração de algumas das relações fundamentais dos processos econômicos, influenciando decisivamente a forma de entender o progresso humano e a maneira de focar as discussões sobre o mesmo.

A primeira das relações radicalmente alterada foi a dos seres humanos com a natureza, que seriam cada vez mais dirigidas – de maneira crescente – pela confiança no domínio técnico-científico do universo e uma menor consideração pelo conhecimento empírico acumulado ao longo de milênios. Como consequência, a investigação sobre a natureza, o progresso e o desenvolvimento acabaria cortando o cordão umbilical que liga originalmente a noção de produção no mundo físico, elevando o carrossel do sistema econômico acima de contingências derivadas da natureza (NAREDO, 1987).

Outra relação, que conecta os seres humanos entre si, passaria a ser objeto de fortes debates, apesar do reconhecimento quase unânime de algumas ideias do Iluminismo – a liberdade das pessoas e a igualdade de direitos entre elas – tão inspirador nos novos tempos. Neste sentido, e apesar de reconhecer que não é possível caracterizar o pensamento Iluminista do século XVIII como algo homogêneo, é oportuno ressaltar no contexto do debate sobre o progresso e o desenvolvimento, a importância de algumas idéias presentes na grande maioria de seus representantes, entre os quais se encontrariam o predomínio da razão, do direito e da liberdade de crítica, da noção de Igualdade entre as pessoas, da oposição ao poder absoluto e do conhecimento como fonte de progresso frente o conformismo e a resignação.

E quanto à liberdade e a igualdade de direitos, a discussão foi tanto nos princípios defendidos, quanto nos meios mais adequados para garanti-los. Para alguns, a defesa do

³ O término da modernidade foi e continua estando sujeito a numerosas interpretações, de modo que sua utilização aqui tem um significado fundamentalmente histórico e se refere – de acordo com Giddens – aos “modos de vida e de organização social que surgiram na Europa desde meados do século XVII em frente e cuja influência, posteriormente, foi convertida em mais ou menos mundial” (GIDDENS, 1990).

interesse individual como fundamento da nova ordem social⁴; para outros, através de mecanismos capazes de harmonizar as necessidades individuais e interesses gerais, sobre a base da intervenção – em maior ou menor medida, dos poderes públicos na atividade econômica⁵.

Finalmente, as perguntas formuladas pelos pensadores clássicos⁶ em torno do progresso – entendido como capacidade de satisfazer as necessidades humanas mediante a inovação e aumento da produção – teve que incluir, inevitavelmente, uma questão que, por outro lado, continuaria a acompanhar todos os debates sobre o desenvolvimento até os dias atuais: poderiam todos os países e todas as sociedades beneficiarem-se igualmente do potencial gerado pelo capitalismo industrial ou, pelo contrário, este seria um jogo de soma zero, em que uma vitória ocorreria, necessariamente, à custa do que é perdido pelos outros “jogadores”, como havia sugerido anteriormente os mercantilistas? Frente a esta questão – e além de considerar os efeitos negativos que, em curto prazo, podem gerar a expansão capitalista entre as populações de países colonizados – tanto Smith, como Marx e outros representantes do pensamento clássico, apostaram em uma crescente aproximação das pautas sobre desenvolvimento em uns e outros lugares, seja por meio do comércio e da expansão do mercado⁷ ou pela ação das leis orgânicas de capital⁸, a aproximação ocorreria. Todos neste contexto, como já foi dito, confiavam na possibilidade de uma expansão quase ilimitada da capacidade de produção do sistema.

Como consequência, o legado principal deixado pelo pensamento clássico foi derivado da produção de sua consideração do progresso – suportada sem dúvida por realizações materiais feitas durante o século XIX –, o que acabaria restringindo grande

⁴ A posição de Adam Smith a esse respeito é bem conhecida, tendo sido citado amplamente o parágrafo de *A riqueza das Nações* em que disse: “sem intervenção alguma da lei os interesses privados e as paixões dos homens conduzem-nos naturalmente a dividir e a repartir o capital de cada sociedade entre os diferentes empregos que se lhes apresentam, da forma mais próxima possível do que está mais de acordo com o interesse da sociedade como um todo”.

⁵ Observe-se que Marx e Engels, no *Manifesto do Partido Comunista*, se referem a sociedade como “uma associação em que o livre desenvolvimento de cada um é condição para o livre desenvolvimento de todos”.

⁶ Quando falamos do pensamento clássico sobre o progresso, nos referimos aqui a uma literatura, de natureza basicamente econômica, produzida no final do século XVIII e durante o século XIX, dedicada a análises das potencialidades e limitações do incipiente capitalismo industrial. Dita literatura está representada, entre outros, na obra de Smith, Ricardo, Malthus, Marx, Engels ou Stuart Mill.

⁷ Adam Smith escreveu a respeito na *A Riqueza das Nações*: “Nada parece mais propício para estabelecer uma igualdade de forças que a comunicação dos conhecimentos e de todo tipo de melhorias que um comércio extenso entre todos os países ocasiona natural e necessariamente”.

⁸ Em *Futuros resultados de la dominación británica em la Índia*, Marx se referia a este assunto no seguintes termos: “O período burguês da história está chamado a assentar as bases materiais de um novo mundo: desenvolver, de um lado, o intercâmbio universal, baseado na dependência mútua do gênero humano, e os meios para realizar esse intercâmbio, e de outro, desenvolver as forças produtivas do homem e transformar a produção material num domínio científico sobre as forças da natureza”.

parte dos debates sobre o mesmo dentro de uma ciência econômica que, por sua vez, iria gradualmente reduzindo o alcance de sua visão sobre a realidade social.

Já no século XX, o estudo das condições de progresso começou a vincular-se – pela mão de Pigou – com a ideia de bem estar e este, com a possibilidade de ser medido ou avaliado. Embora o próprio Pigou admitisse a diferença entre *bem estar total* e *bem estar econômico*, circunscrevendo-se este último como o escopo do que é considerado como "objetivo" – que por sua vez foi referido a *monetizable* –, o certo é que, pouco a pouco, o bem estar econômico – manifestado através da contabilidade nacional – acabaria representando por si mesmo a ideia de progresso. O próprio Pigou (1920) sustentaria que “Em termos gerais as causas econômicas atuam sobre o bem estar econômico de qualquer país, não de modo direto, mas mediante a criação e utilização dessa contrapartida objetiva do bem estar econômico que os economistas denominam dividendo nacional ou renda nacional. Assim, como o bem estar econômico é aquela parte do bem estar total que pode relacionar-se direta ou indiretamente com uma medida monetária, o dividendo nacional é aquela parte da renda objetiva da comunidade, incluindo, naturalmente, a renda procedente do exterior, que pode medir-se em dinheiro. Ambos os conceitos, bem estar econômico e dividendo nacional, estão interconectados, de maneira que qualquer descrição do conteúdo de um deles implica numa correspondente descrição do conteúdo de outro”.

Consolidaria assim, uma tendência segundo a qual muitos economistas reconheceriam às limitações de sua disciplina – obrigada, aparentemente, a não ultrapassar o âmbito do quantitativo – na hora de abordar o estudo das condições do progresso e do bem estar humanos, enquanto aumentaram seus esforços para avaliar e medir o fluxo de bens e serviços produzidos em cada país, como uma expressão do seu potencial de desenvolvimento, acabando por demarcar – a partir da visão da economia – o debate sobre estas questões.

O CRESCIMENTO NO CENTRO DO DEBATE E O SURGIMENTO DO DESENVOLVIMENTO

Em linha com a tendência observada acima, a chamada *economia do desenvolvimento*, surgiu em meados do século XX, uma vez superada a crise do período Entre Guerras e recuperada a preocupação com os assuntos de médio e longo prazo. Esta passou a ser considerada como uma subdisciplina dentro da Economia, sendo seu principal objeto de estudo os obstáculos que se observação em determinados contextos (fundamentalmente nos países que após a Segunda Guerra Mundial, foram alcançando a independência) para a realização do crescimento econômico sustentável, e a maneira de superar os mesmos. Esta subdisciplina – e a maioria dos autores que faziam parte dela – entroncou com as ideias keynesianas dominantes na época, e com a consequente

preocupação pelo desequilíbrio e desemprego ou subemprego dos recursos, presentes nas economias mencionadas. A novidade dessas análises fez, com o tempo, com que alguns de seus representantes mais conhecidos – Nurske, Rosenstein-Rodan, Rostow, Lewis, Myrdal, etc. – chegassem a ser mencionados como os *pioneiros do desenvolvimento* (MEIER E SEERS, 1984; BUSELO, 1998).

Essa nova perspectiva veio trazer o debate em termos mais precisos conforme descrito anteriormente. Por um lado, estabelecendo sem discussão a magnitude que serviria de referência para examinar o aumento da capacidade produtiva: o crescimento econômico, expressado como a variação do PIB/hab. ao longo do tempo, a ponto de autores, como o caso de Galbraith (1984), assinalarem que "não há nenhuma outra estatística com uma autoridade mais convincente. Para os economistas e para muitas pessoas, a taxa de crescimento é a dinâmica do capitalismo moderno". E, por outro lado, tentando lançar luz sobre a relação existente entre taxas de economia e de investimento e os níveis de crescimento esperados, a partir de um estágio tecnológico e um nível de produtividade determinado. A este propósito se dedicaram os modelos de crescimento, que como o de Harrod-Domar, alcançaram tanta notoriedade.

No entanto, as novas perspectivas e novos modelos foram possíveis graças à adaptação de um pressuposto, herdado em parte, da tradição clássica: a consideração de que o bem estar das pessoas dependia de modo direto da riqueza global dos países em que viviam⁹. Se os países prosperassem, seus habitantes também o fariam, permitindo avaliar o progresso em termos de desenvolvimento a partir de agregados e das médias nacionais, deixando em segundo plano as questões relativas à distribuição. Desta forma, a atenção foi centrada para o Estado-Nação, não somente como âmbito principal, em que tomaram forma os processos econômicos e sociais, mas também como sujeito do desenvolvimento humano, o bem estar das pessoas, passando a ser considerado, assim, como um subproduto do desenvolvimento nacional (SUTCLIFFE, 1995).

Mas a expressão do debate em termos agregados foi, por sua vez, o prelúdio de sua redução a uma abordagem meramente quantitativa. Neste novo contexto, o desenvolvimento começou a ser algo mensurável, quantificável, através do crescimento econômico e das variáveis que determinam o mesmo, continuando com os estudos sobre a contabilidade nacional, iniciados anteriormente¹⁰. Os economistas passaram a contar com um marco conceitual – e ferramentas que, apesar de algumas críticas levantadas, a maioria deles considerou suficiente para atender a análise da realidade e para avaliar os problemas, avanços e desafios no processo de desenvolvimento. Tudo isso permitiu

⁹ No prólogo de *A Riqueza das Nações* pode ler-se: "Nas nações civilizadas e prósperas, mesmo que grande parte das pessoas não trabalhe, a produção do trabalho total da sociedade permite que todos se encontrem largamente providos e que mesmo o trabalhador da categoria mais pobre possa desfrutar de uma parcela maior de bens do que qualquer habitante de uma nação selvagem".

¹⁰ Depois dos trabalhos de Pigou, uma obra chave nesse sentido é a de Colin Clark (1939).

também, face ao estudo do novo cenário criado após a Segunda Guerra Mundial, que um bom número de países lutasse por sua independência e enfrentassem o desafio do desenvolvimento no âmbito de um novo modelo de relações Norte-Sul. Assim, esses países passariam a ser o centro da atenção da emergente economia do desenvolvimento, que foi impulsionada pelo sucesso alcançado no mundo industrializado pelas políticas keynesianas: superar o pessimismo do período entre guerras. A preocupação com o desenvolvimento movia os países e as sociedades que, até então, haviam mostrado um escasso dinamismo ou uma menor modernização. Deste modo, nasciam duas categorias distintas de países: *desenvolvidos e subdesenvolvidos*.

Na verdade, com a ajuda da economia do desenvolvimento e da metodologia adotada pela mesma, surgiu um novo conceito até então desconhecido no jargão do debate econômico: o *subdesenvolvimento*. O termo viria para expressar a existência de países já desenvolvidos (o próprio modelo representou em si mesmo a ideia de desenvolvimento) e outros que se encontravam abaixo, em uma imaginária escala pelo qual todos deveriam transitar. Mas enquanto alguns dos representantes mais estudiosos do assunto observaram a variedade de elementos característicos de cada um dos passos da escala – a tecnologia, a cultura, as instituições, etc.¹¹ –, as limitações inerentes à metodologia e a instrumentalização adotada acabaram por centrar as comparações entre uns e outros países na observação do crescimento, ou de algumas variáveis associadas à mesma, como as taxas da economia ou de investimento. Desta forma, o subdesenvolvimento viria a ser, mais do que qualquer outra coisa, a expressão de uma escassa capacidade produtiva e de um fraco crescimento econômico. Como sublinhou Sampedro e Berzosa (1986), referindo-se criticamente à estreita visão convencional sobre o assunto, para estes "o subdesenvolvimento é a carência de bens; o desenvolvimento, sua multiplicação". Poderia ter aplicado esse conceito a diversos aspectos do bem estar humano, elaborando, por exemplo, rankings de países em função de seu maior ou menor nível educacional, da saúde de sua população ou da eficiência dos seus sistemas de produção, em termos ambientais. No entanto, a noção de subdesenvolvimento apareceria vinculada desde o início para a análise comparativa das taxas de crescimento existentes em uns e outros países.

Paradoxalmente, essa abordagem quantitativa não se estende à própria definição de desenvolvimento. Poderia, talvez, ter levantado tentativas de calcular o valor dos bens e serviços per capita que, em um determinado nível de preços, seria necessário considerar que um país atingiu a meta do desenvolvimento. No entanto, não foi assim. Concluía-se que um país era subdesenvolvido, ou gozava de um menor desenvolvimento que outro, em função do seu PIB/hab., mas, em paralelo, não se estabelecia um critério que

¹¹ É significativo para esse retrospecto a descrição realizada por Rostow (1961) dos obstáculos presentes em cada uma de suas famosas etapas e dos recursos que seriam necessários colocar em jogo para superá-los.

permitisse explicar o desenvolvimento nesses termos, sendo essa noção de um estado de notável imprecisão. Como observou Sutcliffe (1995), entre os especialistas do tema, apenas existia uma ideia genérica na hora de caracterizar o desenvolvimento como algo que seria "aproximadamente semelhante à situação que existia nos países desenvolvidos, razão pela qual precisamente se chamava assim". Em consequência, e dado que não existia um objetivo claro, um ponto de chegada a partir do qual já não eram mais necessários sucessivos aumentos do PIB/hab., para alcançar o desenvolvimento, seria consolidada a aposta pelo crescimento ilimitado.

A primeira crítica a esta visão de desenvolvimento não chegou a questionar a ideia de crescimento como fundação do mesmo. Na verdade, é difícil ver as diferenças a esse respeito entre as posições dominantes da época e dos autores que mais questionaram a corrente oficial¹². O que fizeram os autores *estruturalistas e dependentistas*¹³ foi, sobretudo, apontar algumas limitações desta abordagem, ressaltando a existência de diferenças não só quantitativas, mas também qualitativas - de caráter estrutural - entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos, gerando diferentes relações de dependência, capazes de dificultar, impedir ou sufocar o crescimento econômico, podendo chegar a bloquear o processo de desenvolvimento. A própria noção de subdesenvolvimento foi paradoxalmente adotada sem maior objeção pelas correntes críticas, negando que era a expressão de um atraso próprio de sociedades tradicionais, mas, principalmente, a mesma consequência do sucesso dos países desenvolvidos. O subdesenvolvimento, apesar de sua conotação quantitativa inicial, foi adotado como um termo para enfatizar aspectos qualitativos - as diferentes características estruturais, existentes entre uns e outros países -, a ponto de ser considerado por alguns como "a outra face do desenvolvimento" (FRANK, 1971).

Em suma, a impugnação da ortodoxia não veio questionar a identificação cada vez maior do desenvolvimento com o crescimento econômico. Como observou Hirschman (1980), a principal contribuição das correntes críticas foi à negação da tese de benefício mútuo, aquela segundo a qual, o aumento do bem-estar nos países pobres não só não prejudicaria, mas, fortaleceria os países ricos. Frente a essa tese, estruturalistas e

¹² Basta assinalar a esse respeito que P. Baran, considerado por muitos como o pai do enfoque na dependência, apontava: "Permítaseme definir el crecimiento, o desarrollo, económico como el incremento de la producción *per capita* de bienes materiales em el transcurso del tempo". (BARAN, 1959).

¹³ Ambas as correntes, estruturalista e dependentista, formaram alguns dos eixos de oposição mais sólidos ao pensamento oficial sobre o desenvolvimento ao largo de quase duas décadas. A linha divisória entre ambas tem sido objeto de numerosas interpretações, especialmente no que se refere a América Latina, onde os estudos sobre o mesmo não estavam claros, devido em parte ao choque que o pensamento crítico sobre o desenvolvimento teve na região, com autores tão diversos como Furtado, Sunkel, Pinto, Dos Santos, Faletto, Cardoso, Marini e tantos outros. Uma boa análise das relações e influências mútuas entre a evolução do estruturalismo latino-americano do desenvolvimento - surgido inicialmente em torno da CEPAL e da figura de Raul Prebisch -, e do enfoque da dependência - mais relacionado com a releitura marxista do desenvolvimento capitalista propiciada por Baran - podem ser vista em Palma (1987).

dependentistas viriam a por ênfase na necessidade de reformas capazes de modificar o carácter das relações centro-periferia ou uma ruptura com o sistema ou desconexão do mesmo, como condição para haver possibilidade de desenvolvimento. Todos eles enfatizaram as dificuldades ou a impossibilidade para avançar através do caminho percorrido pelos chamados desenvolvidos, mas não questionaram que o crescimento econômico – acompanhado, então, de certas mudanças estruturais - foi a principal e quase única ferramenta para sair do chamado subdesenvolvimento.

DA EVIDÊNCIA DAS PRIMEIRAS FALHAS À CONSIDERAÇÃO DO MAU DESENVOLVIMENTO

Haviam de se passar alguns anos para que, coincidindo com o fim da segunda década de desenvolvimento patrocinado pelas Nações Unidas, começassem a surgir à luz um conjunto de posicionamentos críticos questionando abertamente a capacidade de crescimento econômico para superar o subdesenvolvimento e gerar desenvolvimento, entendido este como um aumento no bem-estar das pessoas.

De fato, o final dos anos sessenta e setenta, coincidiu com diversas abordagens que, indo um pouco além das controvérsias anteriormente obtidas entre os setores oficiais e as correntes críticas (assunto ao qual nos referimos no capítulo anterior), chegou a colocar em cima da mesa o debate sobre a natureza do processo de desenvolvimento, e sua capacidade para satisfazer diversos requisitos relacionados ao bem-estar humano.

Um **primeiro campo** da crítica foi sobre a pobreza e a desigualdade, em que alguns chamaram a *virada social* dos anos 70 (BUSTELO, 1998). Como observou Seers (1969) foi difícil assumir que o grau de desenvolvimento teria aumentado quando a pobreza, o desemprego, o subemprego e a desigualdade não tinham diminuído apesar dos resultados obtidos em termos de aumento do PIB/hab.. Vários estudos realizados entre o final dos anos 60 e início dos anos 70 puseram em evidência as altas taxas de crescimento registradas durante mais de duas décadas em praticamente todas as regiões do mundo, não tinha servido em muitos casos para absorver a pobreza ou gerar uma maior equidade, de modo que estas questões começaram a serem consideradas referências importantes na hora de avaliar o sucesso ou o fracasso do desenvolvimento. Este, como havia sido concebido, apresentava claras alterações, levantando a necessidade de novas estratégias capazes de corrigi-los. Nesse quadro está inscrito as abordagens do Banco Mundial sobre *Redistribuição com Crescimento* (Chenery et al., 1976), ou os trabalhos agrupados em torno da abordagem conhecida como *Necessidades Básicas* (STREETEN, 1981).

A constatação desses problemas coloca o manifesto a outro aspecto da questão: as grandes limitações do PIB/hab. – como um indicador associado a um agregado nacional – para avaliar aspectos chaves do desenvolvimento, tendo que seu impacto específico dependeria, em grande medida, dos setores em que seria produzido. Em termos de

desenvolvimento, não pode ter o mesmo significado um aumento na renda que afeta alguns percentuais da população. Além disso, alguns estudos evidenciam que não só não havia diminuído as grandes diferenças internas em muitos países, mas que estas haviam aumentado notavelmente em escala internacional. Se o subdesenvolvimento é expresso e medido principalmente em termos de uma menor renda per capita para os países considerados desenvolvidos, e se o objetivo das políticas de desenvolvimento foi o encerramento da "divisão Norte-Sul" através do crescimento em seguida, o fracasso havia sido retumbante. Não só não reduziu a diferença, mas a mesma tinha aumentado, tanto em termos absolutos – diferenças entre o PIB/hab. de uns e outros países – como em termos relativos – PIB/hab. de uns países proporcionalmente a outros (MORAWETZ, 1977).

A persistência dos problemas associados à pobreza e à desigualdade viria em breve juntar-se a um **segundo campo de anomalias** no processo de desenvolvimento, cuja constatação começou a tomar força no final dos anos sessenta do século XX: numa ainda incipiente, mas progressiva deterioração do ambiente e dos recursos naturais. Alguns cientistas haviam chamado a atenção para esses problemas, para discutir abertamente sobre as suas causas principais. Este é o caso de forte debate realizado por Barry Commoner – centrando a crítica na tecnologia utilizada e no modelo de crescimento – em comparação com Paul Erlich e outros – que sustentam que o problema principal reside na superpopulação do planeta e, principalmente, no forte crescimento demográfico dos chamados países em desenvolvimento. Mas foi, sem dúvida, a publicação de *Limites do Crescimento* (MEADOWS et al, 1972) que gerou um maior impacto e uma nova e significativa tomada de consciência sobre esta questão.

Os problemas postos em debate demonstram as importantes condições negativas do modelo de desenvolvimento, tanto no curto, como no médio e longo prazo. No curto prazo, os problemas se manifestaram na forma de novas doenças e riscos para a saúde humana, como resultado da poluição do ar, da qualidade ruim da água ou do congestionamento e do ruído¹⁴, bem como as crescentes preocupações pela destruição de espaços naturais, os quais deram origem ao surgimento de fortes movimentos de protesto em alguns países. Por outro lado, a influência dessas questões foi sentida também no teórico, na forma de algumas contribuições destinadas a uma maior harmonização entre as necessidades do bem-estar humano e a derivada conservação dos recursos naturais. Neste contexto, deve enquadrar o surgimento do conceito de *eco desenvolvimento* (ver SACHS, 1981), apresentado pelo ex-diretor do PNUMA (Programa de Meio Ambiente das Nações Unidas), Maurice Strong, que se referiu a ele em 1973. Sob este conceito as

¹⁴ Houve uma tentativa de alguns de minimizar a importância destes fenômenos, comparando-os com outros de características similares que afetaram a população trabalhadora no início da industrialização e que haviam sido descritos, entre outros, por F. Engels em *A Classe operária na Inglaterra*.

necessidades das pessoas e a utilização racional dos recursos deviam e podiam reconciliar-se em diferentes escalas geográficas, inclusive em áreas locais e regionais – as eco regiões – cobrando uma especial relevância. Uma das características do enfoque seria a ênfase na participação das pessoas para garantir a racionalidade mais perto dos objetivos.

A médio e longo prazos, os problemas advertidos eram ainda mais fundamentais: o esgotamento gradual dos recursos, perda de biodiversidade, desequilíbrios ecológicos locais e globais e alterações severas no clima. A passagem do tempo veio confirmar esses temores. Assim, em 1992, um manifesto histórico assinado por mais de 1.500 cientistas – incluindo cem prêmios Nobel – advertiu sobre as consequências irreversíveis do atual modelo de desenvolvimento e alguns, após a Declaração do Milênio das Nações Unidas (2000), acabariam indicando que "não devemos poupar esforços para libertar toda a humanidade, e especialmente nossos filhos, da ameaça de viverem num planeta irremediavelmente estragado pelas atividades humanas, e cujos recursos já não seriam suficientes para as suas necessidades." De tal modo, se de imediato alguns aspectos do modelo de desenvolvimento geravam problemas para o bem-estar da população, expressos em doenças associadas à poluição ou ao ruído e novas patologias decorrentes do estilo de vida típico das grandes cidades, em médio e longo prazo este modelo ameaçava a própria sobrevivência da humanidade. Tratava-se, também, de um conjunto de elementos que puseram dificuldades praticamente insuperáveis para uma economia de desenvolvimento, cujo enfoque produtivista e cuja metodologia foram claramente limitados.

O **terceiro grande problema** – criado no princípio dos anos 1970 – foi a real incapacidade do desenvolvimento, durante a expansão no Pós-guerra, de incorporar nas mulheres o ideal emancipatório do mesmo e não avançar para a equidade de gênero. Esther Boserup (1970) disse que as falhas registradas na produtividade do trabalho entre homens e mulheres aumentaram nos anos de 1960, relacionando-os com as estratégias de desenvolvimento levadas a cabo, que tinham marginalizado as mulheres relacionadas a atividades produtivas. O preconceito masculino dessas estratégias pode ser observado também em outras áreas, como a educação primária, comprovando-se que os meninos tinham sido escolarizados antes que as meninas, aumentando assim o diferencial técnico e cultural entre um e outro sexo (ZABALA, 2006). Outras questões, como a consideração do trabalho em casa, e a alocação de papéis nas várias atividades econômicas e sociais, foram abordados por distintas autoras, demonstrando o fracasso do desenvolvimento na hora de procurar um maior bem-estar para as mulheres, mas também no que diz respeito à sua marginalização no processo. Tudo estaria na base do surgimento do movimento das Mulheres em Desenvolvimento (MED) que representa a primeira expressão da incorporação da perspectiva de gênero nos estudos sobre desenvolvimento (ver ZABALA, 1999, para uma visão mais ampla da evolução e da perspectiva de gênero nos estudos sobre desenvolvimento).

Finalmente, uma **quarta disfunção** presente nos processos seguidos em muitos países foi a correspondência entre o crescimento econômico de um lado e o respeito à liberdade e aos direitos humanos, de outro. As denúncias relativas à ausência de liberdades ou à violação dos direitos foram aumentando paralelamente ao aumento do PIB/hab. em muitos lugares. Este afetava, por um lado, aqueles países em que o desenvolvimento econômico havia surgido sob a fórmula do socialismo real, e que - em muitos casos - havia registrado progressos significativos no plano da equidade. Mas também tinha a ver com regimes ditatoriais que haviam alcançado fortes taxas de crescimento em seus respectivos países, com base na exploração abusiva da mão de obra e de restrição de direitos trabalhistas e até mesmo a aparição de outro tipo de regimes autoritários e corruptos - normalmente com um forte militarista - em muitos países da África, Ásia e América Latina. Evidenciava-se assim, que a expansão produtiva poderia caminhar de volta para o aumento das liberdades e oportunidades para as pessoas. Mas não só isso: em alguns casos, a restrição das liberdades foi justificada precisamente em nome do desenvolvimento.

O conjunto destes fracassos mencionados vem colocar a manifestação do desenvolvimento, tal como tinha sido concebido por suas estratégias no final da Segunda Guerra Mundial, havia derivado em um fenômeno capaz de empobrecer as pessoas e as sociedades, gerando perdas (de capacidades, de identidade, de recursos naturais...), para restringir os direitos e liberdades, e provocar novos desequilíbrios e desigualdades. Em suma, o modelo de desenvolvimento havia, em grande parte, fracassado. Mas, além disso, este modelo havia contribuído para consolidar um sistema mundial baseado em profundas assimetrias entre umas e outras áreas do planeta, e em um equilíbrio de poder claramente favorável aos países chamados desenvolvidos. Alguns autores (Amín, 1990; Slim, 1998; Tortosa, 2001), têm utilizado o termo mau-desenvolvimento para explicar alguns ou todos esses fracassos, que têm afetado, embora de maneira distinta, tanto os países considerados desenvolvidos, como os considerados subdesenvolvidos, assim como a configuração do sistema mundial. A ideia de mau-desenvolvimento viria, portanto expressar um fracasso global, sistêmico (Danecki, 1993), que afeta a um país e outros países e a relação entre eles (Fig. 1). Trata-se, pois, de um conceito que vai além da noção de subdesenvolvimento, que englobaria, para referir os problemas que afetam o sistema em seu conjunto e que representam um declínio na satisfação das necessidades humanas e/ou nas oportunidades pessoas. No momento presente, a consideração de mau-desenvolvimento cobraria todo seu significado vinculado à análise de algumas das principais forças que operam na globalização. O mesmo afetaria o conjunto da humanidade, embora suas expressões nem sempre sejam as mesmas em uns e outros lugares.

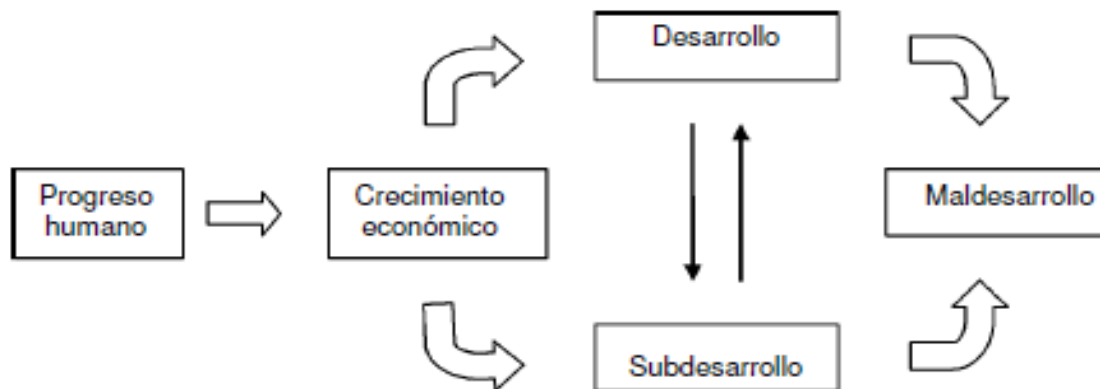


Figura 1: Desarrollo, subdesarrollo y maldesarrollo

O PENSAMENTO OFICIAL EM SEU LABIRINTO

Paradoxalmente, e apesar dos inúmeros sinais existentes naqueles anos sobre as carências e limitações do modelo dirigido até então, os setores mais influentes na elaboração de estratégias de desenvolvimento – especialmente no campo da economia – optou por prevenir os sinais e por concentrar a sua atenção nos problemas relativos ao crescimento econômico decorrentes da crise que surgiu na década de 1970. E nesse empenho, a correção dos desequilíbrios macroeconômicos constituiu o principal e quase único tema de atenção, supondo que a superação do mesmo restauraria o crescimento que, no fim das contas, representava o único objetivo a perseguir.

O fim da expansão econômica que havia acompanhado – e fundamentado – os processos de desenvolvimento – ou mau-desenvolvimento – tinha em umas e outras partes do mundo, entre 1945 e 1970, modificado alguns dos pressupostos básicos sobre os quais tinham descansado o debate e a elaboração de estratégias. E nesse contexto, a enérgica reafirmação dos princípios mais ortodoxos - a mão da ofensiva conservadora começou no início dos anos oitenta -, resultaria em uma feroz defesa do mercado e em uma contundente crítica de intervenção pública na promoção do desenvolvimento, que segundo essa perspectiva seria o responsável por boa parte dos fracassos colhidos, até o ponto em que a própria economia do desenvolvimento seria um alvo de fortes ataques (ver, entre outros LAL, 1985).

A adesão, com mais ou menos nuances, a estes postulados por parte da maioria dos governos do mundo¹⁵ favoreceu uma nova etapa caracterizada, em geral, por um fraco

¹⁵ As crises da dívida externa na América Latina e a do socialismo real em países do Leste Europeu propiciaram uma rápida expansão de uma nova doutrina – denominada de *Consenso de Washington* –, através das condicionalidades impostas para o financiamento externo. A respeito dos resultados das políticas

crescimento - com exceção de casos isolados como o chinês, com uma economia fortemente dirigida, mas também incerta - com inúmeros episódios de instabilidade (nessa questão se ilustra a perspectiva oferecida em Nações Unidas, 2006). Enquanto isso, os problemas levantados na seção anterior como sintomas do mau-desenvolvimento (aumento das desigualdades, agravamento das crises ambientais, ou a redução efetiva dos direitos humanos) estavam se agravando.

No entanto, a defesa sem nuances do mercado, e a ênfase no equilíbrio macroeconômico como fator determinante de desenvolvimento, continuariam inspirando a avaliação dos êxitos e fracassos colhidos por uns ou outros países por algumas organizações como o FMI, avaliações que, por sua vez, condicionariam o apoio financeiro externo concedido aos processos de desenvolvimento.

Porém, as claras limitações da nova ortodoxia, apresentadas e debatidas nos finais dos anos 1980 pelo UNICEF (*Ajuste com rosto humano*) ou a CEPAL (*Transformação produtiva com equidade*), vieram atender à necessidade de um enfoque mais amplo, capaz de levar em conta a multidimensionalidade dos problemas associados ao desenvolvimento e ao bem-estar humano. Desde então, a evolução do pensamento oficial sobre o desenvolvimento e mais especificamente, representado pelas propostas que emanam do Banco Mundial, tem sido condicionada por uma dupla tensão: por um lado, gerada pela necessidade de incorporar a análise de muitos dos problemas que iam surgindo e que não encontravam respostas nas abordagens mais ortodoxas. E, por outro, a derivada exigência de sustentar qualquer estratégia de desenvolvimento sobre o controle de determinadas variáveis macroeconômicas. Como consequência, se produziria um gradual *regresso* à agenda do desenvolvimento de alguns temas excluídos durante a década de 1980, caso de preocupação pela pobreza e a desigualdade e do papel das instituições no desenvolvimento.

Neste novo contexto, tanto o Banco Mundial como outras instituições começaram a sentir a necessidade de considerar outros meios de desenvolvimento, tais como a conservação dos recursos naturais, a qualidade das instituições, a igualdade de gênero, a importância do conhecimento ou a participação da população. Isso facilitou o reconhecimento de outros determinantes do crescimento e do desenvolvimento, além do investimento em capital físico, retomando-se o debate sobre o capital humano, e ampliando-se a consideração do capital social e institucional, o capital natural, etc., que seria expresso entre outros, no *Marco Integral do Desenvolvimento*, proposto pelo Banco Mundial em 1998, ou na ideia de uma *Gestão mais geral de Ativos* criada pela mesma instituição em 2003.

seguidas pela nova doutrina vem-se insistindo que o controle da hiperinflação, uma maior disciplina fiscal, ou o equilíbrio das contas externas não impediram que o crescimento continuasse a ser, durante muito tempo, um objetivo escorregadio (ACUÑA e SMITH, 1996).

Mas, por outro lado, a inclusão desses temas no debate ocorreria sem questionar alguns dos principais fundamentos teóricos e metodológicos da ortodoxia: a identificação do bem-estar humano com o crescimento econômico, a avaliação em termos agregados, a única consideração das atividades monetárias ou a prioridade quase absoluta do ajuste macroeconômico sobre outras considerações. Desta maneira, a avaliação de outros aspectos determinantes do desenvolvimento (a sustentabilidade do processo, a participação e a qualidade das instituições, a igualdade de gênero, etc), foi relegada a um segundo plano, seja pela dificuldade de ser medida em termos monetários, seja pela pressão exercida desde os círculos mais ortodoxos e/ou desde algumas instituições financeiras internacionais em favor de considerar outras prioridades.

O resultado de tudo isso foi uma flutuante e conflitiva evolução do pensamento oficial do desenvolvimento¹⁶, preso entre a reconhecida necessidade de abrir as portas a outras perspectivas, e a dificuldade de abalar o domínio de uma ortodoxia incompatível com uma ampliação da discussão levantada com um mínimo de rigor. No fundo, a história dos últimos anos veio manifestar as limitações enfrentando o desenvolvimento colocado no século XXI com as mesmas ferramentas metodológicas com as quais se contava no século XIX. A perspectiva convencional – o que alguns têm vindo a chamar de paradigma dominante – pretende alcançar a quadratura do círculo, subordinar as necessidades teóricas e metodológicas derivadas dos desafios do presente e dos procedimentos e recursos de uma disciplina - a economia - apresentados, por sua vez, a um forte processo reducionista por parte dos setores mais influentes. No entanto, parece difícil que a incorporação de novas perspectivas para o diagnóstico e análise dos problemas associados ao desenvolvimento pode obter afinal, com êxito, tal subordinação, sem abrir a porta para um útil diálogo interdisciplinar.

BUSCANDO UM CULPADO: CRÍTICA DA MODERNIDADE E REIVINDICAÇÃO DO PÓS-DESENVOLVIMENTO

Além dos altos e baixos operados no chamado pensamento oficial, a percepção dos fracassos colhidos pelo tipo de desenvolvimento que tinha impulsionado – assim como a constatação da existência de inúmeras "vítimas" do mesmo – veio para levantar um novo debate que não ia afetar somente o caminho mais apropriado para alcançar o desenvolvimento, ou os instrumentos mais adequados para promovê-lo em todo lugar, mas que entrou por completo no questionamento do próprio conceito. Neste ponto, caberia distinguir dois grandes tipos de aproximação do assunto. Por um lado, estariam aquelas dirigidas a reorientar as análises, a repensar a noção de desenvolvimento,

¹⁶ Um bom exemplo do que é apresentando foi a saída de Stiglitz do Banco Mundial, e as críticas e reflexões apresentadas pelo ele mesmo, entre outras, em *El malestar en la Globalización* (2002).

invertendo a tradicional relação entre meios e fins que se condicionaram no debate ao longo de décadas. A partir desta perspectiva, o erro estaria principalmente, em haver assumido uma relação automática entre crescimento e bem-estar, a ponto de fazer a primeira referência central da estratégia, deixando em segundo plano as necessidades e os interesses vitais do povo, assim como as exigências decorrentes da base de recursos existentes. Estas abordagens serão discutidas na próxima seção.

Mas, por outro lado, têm se tornado cada vez mais presentes as ideias que consideram a relação entre meios e fins como algo intrínseco à própria noção de desenvolvimento, a qual derivaria em uma maneira de analisar a realidade em que o paradigma técnico-cientista deslocou todas as outras formas de conhecimento, impedindo, assim, uma compreensão mais precisa dos desejos e aspirações das pessoas. Assim, não haveria espaço para redefinir e/ou reconduzir o desenvolvimento, pois este representaria, intrinsecamente, um modo de compreender a existência humana com base no produtivismo, o domínio sobre a natureza, e a defesa da modernização ocidental, com sua irremediável seqüela de vítimas e fracassos. Nesta linha, situam-se autores diversos (W.Sachs, A. Escobar, G. Rist, S. Latouche) que, embora com diferentes nuances, compartilham a rejeição da modernidade e da existência de valores universais, uma vez que defendem a necessidade de uma análise pós-desenvolvimentista.

Na realidade, a rejeição do conceito de desenvolvimento tem sido formulada desde posições nem sempre coincidentes ou básicas, ou na expressão de aproximação. Isso tem dado lugar à utilização de formulações e termos distintos como *pós-desenvolvimento* ou *mais além do desenvolvimento*, levando também a usar em certas ocasiões o termo anti-desenvolvimento, como expressão de uma negação radical da noção de desenvolvimento. No entanto, pouco a pouco tem vindo a alargar a noção de *pós-desenvolvimento* como termo mais utilizado, associado à rejeição da modernidade como referência.

Os defensores do pós-desenvolvimento partem da constatação não somente dos fracassos colhidos na hora de promover o bem-estar em escala universal, mas também a maneira em que a ideia de desenvolvimento foi se estendendo como promessa de emancipação em todo o mundo, a ponto de converter-se em algo obrigatório e indiscutível. Desta maneira, o desenvolvimento seria tanto um *produto da história*, como um conjunto ocidental de ideias da modernidade e as forças da industrialização, e também uma ideia capaz de *produzir história*, condicionado decisivamente à evolução das sociedades em umas e outras partes do mundo (RIST, 2002).

Um dos temas recorrentes na literatura pós-desenvolvimentista é a destruição e a marginalização gerada pelos países ocidentais em nome do desenvolvimento, com ênfase principalmente em aspectos culturais e nos valores das sociedades apresentadas na expansão forçada pela modernização. Na verdade, algumas dessas questões iam sendo

repetidamente identificadas e denunciadas anteriormente, como típicos de sociedades apresentadas aos interesses de potências estrangeiras ou de capital transnacional. Por exemplo, muitos autores estruturalistas e dependentistas haviam apontado estes problemas como característicos do subdesenvolvimento, associando-os a um modelo centro-periferia exclusivo gerador de desigualdades. Mas, a partir de tais pontos de vista, o empobrecimento e a marginalização não eram o resultado do desenvolvimento como tal, mas sim a sua negação dentro de um sistema mundial regido por relações de exploração e/ou dependência.

No entanto, os defensores do pós-desenvolvimento estão longe desta visão das coisas para denunciar que tanto o desenvolvimento como o subdesenvolvimento são noções que têm a sua origem em um mesmo tipo de aproximação da realidade, condicionada por um olhar ocidental – e ocidentalizado – incapaz de compreender os valores das distintas culturas e civilizações e sua contribuição para o bem-estar dos seres humanos. A partir desta perspectiva, a destruição causada pela expansão do capitalismo formaria parte integrante da própria noção de desenvolvimento e não somente da forma que poderia ser adotados em termos de exploração ou dependência. Na verdade, os autores pós-desenvolvimentista, como Latouche (2007) referem-se a esta questão de modo contundente: "O desenvolvimento é um conceito perverso" ou "Querendo ou não, não podemos fazer o desenvolvimento ser diferente do que tem sido". Consequentemente, não teria sentido falar de subdesenvolvimento, pois a aceitação deste termo implicaria necessariamente o seu oposto – o desenvolvimento. O subdesenvolvimento é, portanto, considerado um conceito inventado pelos defensores do desenvolvimento, para definir - em uma chave abusivamente generalizadora – as características próprias e distintas de uma ampla gama da sociedade. Desse modo, países e regiões do mundo que tinham sido previamente examinados e descritos a partir de diferentes perspectivas e preocupações, passaram em breve a ser conceitualizados como *subdesenvolvidos*¹⁷.

As correntes teóricas pós-modernas consideram que o que se conhece como economia do desenvolvimento não é outra coisa que uma construção intelectual destinada a justificar e promover a expansão de um modelo e valores - os ocidentais - como necessário revulsivo para superar o suposto atraso das sociedades caracterizadas por outras referências culturais e outras formas de organização social e de relação com a

¹⁷ Referindo-se ao discurso de tomada de posição do presidente dos Estados Unidos, Harry Truman, em que apresentou a necessidade de um amplo programa de ajuda ao desenvolvimento, G. Esteva aponta: "*El subdesarrollo comenzó el 20 de enero de 1949. Ese día, dos mil millones de personas se volvieron subdesarrolladas. En realidad, desde entonces dejaron de ser lo que eran, en toda su diversidad, y se convirtieron en un espejo invertido de la realidad de otros*" (ESTEVA, 1992). Insistindo nessa ideia, Rist debate que "*a partir de 1949, más de dos mil millones de habitantes del planeta van – las más de las veces sin saberlo – a cambiar de nombre (...): ya no serán africanos, latinoamericanos o asiáticos (por no decir bambaras, shona, bereberés, quéchuas, aymaras, balineses o mongoleses), sino simplemente subdesarrollos*" (RIST, 2002).

natureza. Mas a reivindicação do pós-desenvolvimento vai além da simples crítica da economia do desenvolvimento como expressão de uma proposta teórica baseada na defesa da modernização e na expansão da mesma para o mundo inteiro, pois nega também, a própria possibilidade de uma teoria capaz de explicar os diferentes aspectos que caracterizam e definem as sociedades humanas. Frente a isso, surge a rejeição de qualquer ideia de progresso indicando uma direção comum (W. SACHS, 1992), e a defesa dos diferentes discursos e representações que não estão mediatizados pela construção do desenvolvimento (ESCOBAR, 2005).

A VOLTA ÀS ORIGENS: CRÍTICA DO MAU-DESENVOLVIMENTO REFORMULANDO A NOÇÃO DE PROGRESSO

No entanto, como já afirmado mais acima, a crítica da modernidade e a negação do desenvolvimento não são a única resposta para a crise colocada desde os anos setenta. Pelo contrário, esta abordagem tem vivido ao longo dos últimos anos, com um renascer do debate sobre o próprio significado do conceito, e sobre a possibilidade de elaborar uma proposta sólida, não só em teoria, mas também desde uma perspectiva prática. Em busca de novas orientações mais férteis que as anteriores para a elaboração de estratégias de desenvolvimento, tiveram uma especial incidência na nova consideração do bem-estar humano baseado no enfoque das capacidades, assim como as exigências decorrentes da base de recursos e bem-estar das futuras gerações.

Nas últimas décadas, a controvérsia em torno das necessidades humanas e sua contraditória relação com o crescimento econômico e com os processos de desenvolvimento convencionais se sustentaram em uma ampla e variada literatura sobre estes temas. Algumas contribuições concentraram-se em questionar a prioridade dada ao crescimento sobre a satisfação das necessidades básicas (STREETEN, 1981), outros criticaram a imposição de um padrão de "necessidades" baseado na supremacia da produção mais do que no objetivo do bem-estar (SCITOVSKY, 1976), outras, enfim, se concentraram na definição de um quadro conceitual para a identificação das necessidades humanas e a satisfação das mesmas (DOYAL E GOUGH, 1991; MAX-NEEF, 1993).

Mas certamente foi a crítica de Amartya Sen do utilitarismo convencional, que abriu a porta para uma reformulação conceitual da noção de bem-estar que permitiria – e requereria – outra caracterização do progresso humano¹⁸. Assim, a insatisfação com os resultados do desenvolvimento e a reivindicação de um repensar teórico que permitiria

¹⁸ Os aspectos principais do ponto de vista de Sen sobre o tema, que resumem boa parte das reflexões realizadas em outros trabalhos anteriores, podem ser vistas em *Development as capability expansion*, de Griffin e Knight (1990).

relacionar melhor os fins e os meios¹⁹, aproximando as estratégias ao objetivo para realizar o bem-estar humano, encontraria nos postulados defendidos por Sen pelo canal e a metodologia adequada para tal propósito.

As consequências desta evolução da noção de bem-estar têm repercutido na própria caracterização do progresso humano, com implicações fundamentais para a economia do desenvolvimento. A primeira delas é a necessidade de revisar os fins e os meios do desenvolvimento, questão que afeta diretamente o tratamento de um dos pilares da estratégia - seguida da questão do crescimento - destacando a conveniência de julgar o mesmo em função de sua contribuição ao bem-estar, entendido como incremento de capacidades. A segunda repercussão é a constatação de que o bem-estar humano não pode ser considerado como um mero corolário de um desenvolvimento "nacional" estimado em termos agregados. A terceira consequência é a inadequação dos indicadores utilizados convencionalmente para avaliar o bem-estar, a hora de considerar estratégias ou para analisar os progressos e retrocessos.

Em quarto lugar, destaca-se a escassa utilidade de estabelecer categorias como desenvolvimento ou subdesenvolvimento com base na análise da renda, dado que este é unicamente um componente – embora importante sem dúvida – do desenvolvimento²⁰, e que, desde o enfoque das capacidades de desenvolvimento torna-se um assunto pendente, tanto para países ricos como para países pobres.

Por último, em quinto lugar, a releitura da noção de bem-estar proposta por Sen, e a consideração do conceito de *agência*, subsidia um lugar central para o processo em si mesmo, invalidando a ideia de desenvolvimento como mero resultado. A proposta de considerar o desenvolvimento como aumento das oportunidades para as pessoas viverem a vida que desejam, adotada pela PNUD, trata, precisamente, de refletir essa concepção.

No entanto, não há correspondência entre o desenvolvimento realmente existido e o aumentando das opções vitais para as pessoas – expressadas em liberdades e

¹⁹ Na verdade, as preocupações sobre os desvios que estavam tomando a ideia de progresso e a confusão entre fins e meios já fazem parte do debate a décadas. Por exemplo, Galbraith (1967) alertava sobre a evolução adotada pelo capitalismo apontando que *“si seguimos creyendo que los objetivos del sistema industrial – la expansión del producto, el aumento concomitante del consumo, el progreso tecnológico, las imágenes públicas que lo sostienen – coinciden con la vida misma, entonces todas nuestras vidas seguirán al servicio de esos objetivos (...) Nuestros deseos y nuestras necesidades se manipularán de acuerdo con las necesidades del sistema industrial (...) Al final se tendrá el resultado global de una benigna esclavitud... no será la esclavitud del siervo de la gleba, pero no será la libertad”*.

²⁰ Se forem levados em conta outros fatores associados ao incremento da capacidade humana (nível de conhecimento, saúde, desenvolvimento cultural, respeito aos direitos humanos, sociabilidade, etc,...) o hipotético ranking de países desenvolvidos e subdesenvolvidos sofreria notáveis mudanças. Outro ano ocorreria se tivessem em conta, por exemplo, o consumo de recursos, ou as emissões de resíduos, *per capita*, pois nesse caso alguns dos países considerados, atualmente, mais desenvolvidos, figurariam nos últimos postos da tabela. Alguns desses paradoxos podem ser enquadrados no que Sampedro e Berzosa denominam de “subdesenvolvimento dos desenvolvidos” (SAMPEDRO E BERZOSA, 1996).

capacidades - não foi o único observado e analisado durante os últimos anos. De fato, para além deste ponto de vista, as necessidades teóricas derivadas da análise da relação entre o bem-estar da presente e das futuras gerações, têm levantado outro campo de discussão e reflexão sobre o conceito de desenvolvimento. Se há relativamente pouco tempo, a realização do bem-estar humano foi concebida com base em recursos supostamente ilimitados. A restrição imposta pela finitude dos mesmos e a necessidade de preservar o equilíbrio ecológico veio trazer uma nova dimensão para o debate: a derivada de estudar e definir o desenvolvimento também termos diacrônicos, de modo que o aumento das oportunidades no presente não possa fundamentar-se em uma redução das mesmas no futuro.

Estas preocupações têm tentado encontrar alojamento na noção de desenvolvimento sustentável, amplamente utilizado durante os últimos anos. Mas este conceito é, hoje, objeto de fortes controvérsias. A versão mais difundida do mesmo, consta no *Relatório Brundtland* (Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, 1987) apresenta algumas ambiguidades, principalmente no tratamento concedido à questão do crescimento, que tem facilitado seu uso generalizado - quase sempre esvaziando o conteúdo - para todos os tipos de instituições. Outro tema objeto de discussão está relacionado com o conceito. Neste sentido, alguns autores notaram que a ideia do desenvolvimento sustentável refere-se, no sentido estrito, à "manutenção da base de recursos naturais" (Gudynas, 2002), enquanto o conceito descrito no Relatório Brundtland defende a conservação como um imperativo não absoluto, de caráter biocêntrico, mas referindo às necessidades da espécie humana, isto é, de caráter antropocêntrico. De qualquer forma, na atualidade existe um amplo acordo sobre o baixo desempenho do conceito - até mesmo nos termos propostos pelo Relatório Brundtland - enquanto não se definem com maior precisão critérios e indicadores que permitam interpretar estritamente a sustentabilidade dos processos econômicos e sociais (uma interessante reflexão sobre o termo desenvolvimento sustentável pode ser visto em NAREDO, 1997).

Em todo caso, e além das controvérsias existentes, uma e outra perspectiva - o desenvolvimento humano e a sustentabilidade - levantam uma importante ruptura conceitual com a maneira convencional de entender o desenvolvimento, reivindicando a necessidade de um novo teste de meios e fins, a invalidade dos indicadores utilizados, a análise em termos de processos e não apenas dos resultados e a consideração de diferentes áreas espaciais ao estudar os diversos aspectos que afetam o bem-estar humano. Tudo isso exige um repensar da ideia de desenvolvimento como meta para a qual alguns já chegaram, enquanto outros teriam ainda, um longo caminho a percorrer.

TEM SENTIDO INSISTIR NA IDEIA DE DESENVOLVIMENTO?

De acordo com o que foi observado nas seções anteriores, os estudos sobre desenvolvimento estão atualmente sendo debatidos entre três opções principais: a) os esforços orientados para expandir o conceito, sem alterar a estrutura metodológica, b) a negação do desenvolvimento como noção universal e, em consequência, a conveniência de abandonar a empresa; e c) os intentos encaminhados a uma reorientação profunda do conceito e das estratégias de desenvolvimento (ver Figura 2).

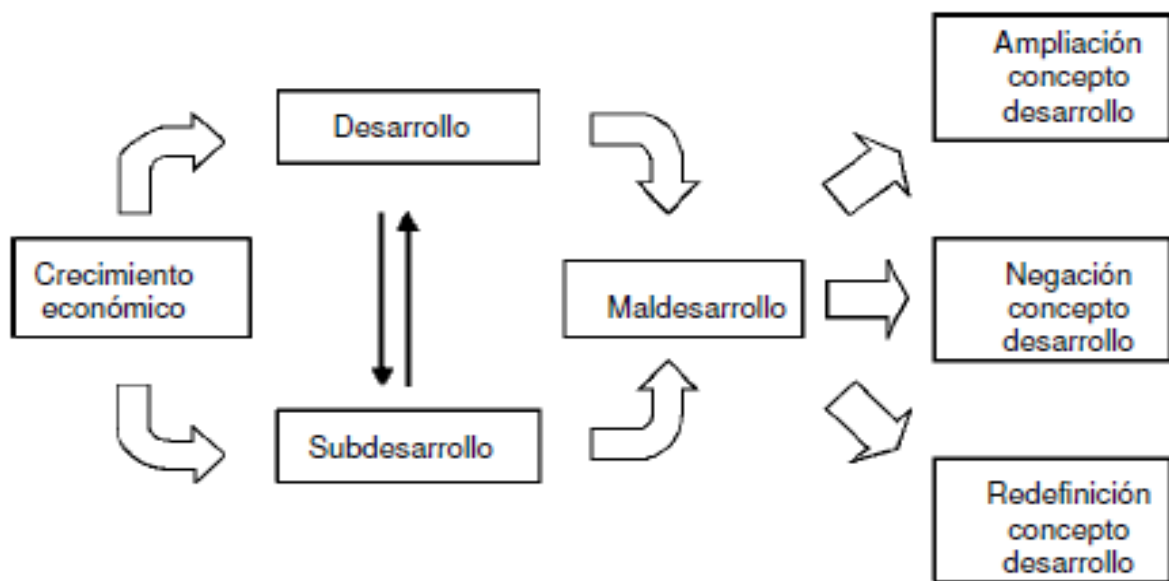


Figura 2: Ampliación, negación, y redefinición del concepto de desarrollo.

A primeira opção – a defesa de uma ideia de desenvolvimento baseada principalmente no acesso a um número crescente de bens e serviços e, portanto, voltada para o crescimento econômico como um provedor do mesmo e como um gerador de receita – é o que tem ocupado o centro do debate durante quase dois séculos e serviu de fundamento a distintas estratégias implantadas. As tentativas recentes por incorporar outras dimensões ao debate – além do mero crescimento econômico – colidem como já mencionadas acima, com as limitações próprias da metodologia empregada. Isso significa que, no momento, o balanço não é muito promissor, já que os avanços registrados em termos de crescimento não podem ocultar a persistência da pobreza e da desigualdade, a degradação ambiental e da base de recursos naturais e claro, um viés masculino do processo e a restrição das liberdades, direitos, e opções de vida das pessoas, tudo em um contexto de crescente violência e insegurança humana no mundo.

A segunda opção, que consiste na negação de um conceito universal de desenvolvimento, repousa sobre a necessidade de aprofundar as distintas visões locais,

afirmando a diferença entre elas e os valores que, em cada lugar, pode servir de fundamento para a consecução de um maior bem-estar humano. Esta segunda perspectiva, não só rejeita a ideia de desenvolvimento - que se culpa por todas as calamidades sofridas pela humanidade nas últimas décadas, mas também a existência do subdesenvolvimento, que considera como uma categoria inventada para justificar a expansão de um modelo que atenda aos interesses, aos valores e às percepções próprias da civilização ocidental e negue a diversidade social e cultural das sociedades assim caracterizadas. Desta visão do assunto, o problema não reside nas estratégias seguidas, mas na própria raiz - a defesa da modernidade - um conceito cuja aplicação não podia ter outro resultado. De fato, a intransigência frente a qualquer intento de redefinir a noção de desenvolvimento leva alguns autores pós-desenvolvimentista, como Latouche a atacar duramente o próprio termo mau desenvolvimento: “mesmo criando para a ocasião um monstro antagonista: o mau desenvolvimento. Esse monstro não é nada mais do que uma aberrante quimera. O mal não pode alcançar o desenvolvimento, pela simples razão de que o desenvolvimento imaginário ou mitológico é por definição a encarnação do bem” (LATOUCHE, 2007).

Finalmente, em terceiro lugar, estariam as tentativas para rever o conceito de desenvolvimento, partindo, ao menos, de três referências principais: a necessidade de superar o utilitarismo convencional na definição do bem estar; os imperativos que se derivam de uma base de recursos limitada e finita; e a indesculpável toma em consideração das falhas colhidas e das inúmeras vítimas produzidas em nome do desenvolvimento. Desde a perspectiva dos dois primeiros assuntos mencionados, o novo enfoque não pode descansar na aceitação da dicotomia *desenvolvimento/subdesenvolvimento* como expressão de duas realidades, uma das quais serve de modelo para a outra - que por sua vez representa, quase que exclusivamente, os problemas e os obstáculos existentes para a realização de bem humano. Pelo contrário, a revisão da noção de desenvolvimento exige reconhecer a existência de problemas globais e interdependentes que limitam ou impedem o bem-estar humano, embora sua expressão e intensidade possam ser muito distintas em uns e outros lugares.

No entanto, esse reconhecimento não deveria ocultar a grande assimetria existente na distribuição das oportunidades em umas e outras partes do mundo, a qual abrange por outro lado um conjunto de aspectos que vão além do que até recentemente tinha sido definido como *desenvolvimento desigual* na literatura dependentista. Dito de outro modo, existe um risco de que a adoção de um enfoque mais abrangente sobre desenvolvimento, capaz de esclarecer os problemas globais existentes em diferentes tipos de sociedades, poderá levar a ocultar em parte, as grandes limitações derivadas da assimetria acima mencionada. Neste sentido, a reivindicação de um novo conceito de desenvolvimento, aplicável a umas e outras sociedades, deveria acompanhar-se de profundas mudanças na distribuição mundial do poder e dos recursos. E, ao mesmo

tempo, a consideração do desenvolvimento como processo de ampliação das opções de vida que as pessoas deveriam contemplar, necessariamente também, a existência de diferentes prioridades, de acordo com o fato de que milhões de pessoas não têm escolha a não ser lutar diariamente pela subsistência. Este último supõe reconhecer que, apesar do necessário abandono do crescimento econômico como referência fundamental e quase única de desenvolvimento, não podemos esquecer que, em determinados contextos o aumento das oportunidades das pessoas passam pela ampliação das capacidades produtivas e a dotação de meios de vida para as pessoas. O qual, por outro lado, liga-se às preocupações já levantadas nas décadas anteriores por alguns economistas do desenvolvimento, como Perroux (1984), que perguntou: "O crescimento, com que finalidade, como ver? Em que condições o crescimento é rentável? Crescimento para quem? Para alguns membros da comunidade internacional ou para todos?".

Agora, a aposta por revisar a profundidade do conceito de desenvolvimento, de modo que o mesmo possa representar uma referência sólida para a formulação de estratégias - perspectiva que destaca o autor deste – não pode ser o resultado de um projeto meramente voluntarista, considerando-se, pelo contrário, algumas exigências que não podem ser ignoradas. A primeira é derivada de um elementar princípio de realidade, que força considerar as limitações existentes de partida, próprias de um contexto marcado pelo declínio dos estudos sobre desenvolvimento e pelas deficiências teóricas e metodológicas de uma subdisciplina que têm dado lugar ao que Berzosa (2006) denominou de *subdesenvolvimento da economia*. E a segunda, que tem a ver com a necessidade de vincular a análise proposta ao estudo das características próprias do sistema econômico em que nos encontramos, como aspecto essencial do tema que se quer tratar, como observou Martinez Peinado "os novos paradigmas de desenvolvimento não se escapam do conflito entre teoria e resultado, entre o conceito e medida, porque, na realidade, este conflito é a impossibilidade de uma teoria do desenvolvimento, ou de um conceito do desenvolvimento, sem nomes, sem qualificação do modo de produção, distribuição e consumo que incorpora" (MARTINEZ PEINADO, 2001).

As dificuldades de toda natureza, que levantam uma companhia destas características facilitam que, desde posições pós-desenvolvimentistas, insistia-se uma e outra vez em que a tentativa careça de sentido e que o mais frutífero é deixá-lo o quanto antes, depois de décadas de reorientações e fracassos consecutivos. Assim, enquanto que para W. Sachs (1992), "a ideia de desenvolvimento permanece, todavia em pé, como uma espécie de ruína, na paisagem intelectual... (e)... é hora de desmontar a sua estrutura mental", G. Rist (2002) sugere que "as luzes que faziam resplandecer a esperança haviam se apagado. A grande companhia que, tanto no Norte como no Sul, havia começado após a Segunda Guerra Mundial a fim de acelerar a realização do desenvolvimento, está atual e definitivamente consumada". Em geral, os argumentos empunhados desta perspectiva

apontam dois assuntos principais: por um lado, o fato de que grande parte das novas formulações é incorporada, sem grandes problemas, o discurso oficial, que demonstraria a ambiguidade de algumas ideias que permitem julgar "em vários conselhos" (RIST, 2002), e, por outra parte, à constatação de que o refinamento da teoria acabou por converter-se num exercício meramente abstrato, sem repercussões práticas.

ALGUNS (DOS MUITOS) PROBLEMAS PENDENTES

Assim, o esforço para redefinir o desenvolvimento torna-se uma tarefa complexa que não se pode passar por alto, nem dar a volta, a algumas questões fundamentais. Dada a magnitude da tarefa, que supera amplamente as possibilidades deste ensaio, limitarei a destacar três dentre elas, que em minha opinião, são mais relevantes, uma vez que servem para resumir muitas outras: Que referências teóricas? Qual o nível de análise? Que perspectiva metodológica? Logicamente, tampouco pretendo dar aqui uma resposta acabada a essas perguntas, mas levantar alguns elementos que contribuam a lançar alguma luz sobre os mesmos, apontando para eles caminhos de reflexão ou de debate.

Em primeiro lugar, na hora de levantar algumas **referências básicas** que possam lançar luz sobre um novo impulso à ideia de desenvolvimento, deve-se levar em conta a necessidade de diferenciar entre o Iluminismo por um lado, e a modernização ocidental como um processo histórico global, por outro. De acordo com esta perspectiva, as ideias iluministas sobre o progresso que surgiram no século XVIII, haviam sido incorporadas ao processo de modernização e, ao mesmo tempo, marginalizadas do mesmo, especialmente em relação ao abandono das pretensões reguladoras da razão, da teleologia histórica, ou da filosofia do progresso (DEL RIO, 1997). À medida que, ao longo do tempo, foi se estabelecendo à vida econômica, política, social ou cultural não representam, necessariamente, a única tradução possível delas. Por isso, pode ser conveniente voltar a olhar para trás e resgatar alguns aspectos do humanismo iluminista, que fundamenta uma nova percepção de desenvolvimento e sirva por sua vez de referência, tanto frente ao que pretendem aprofundar no atual modelo, como frente ao que, rejeitando, negam qualquer tipo de universalidade. Com base nestas preocupações, a ideia kantiana sobre o ser humano como um fim em si mesmo - frente à sua consideração como meio para atingir outros fins mais ou menos precisos ou abstratos - representa uma sólida âncora para uma noção de desenvolvimento centrada na capacidade real de escolha das pessoas e de fazê-la sem prejudicar as opções de outras. Nos últimos tempos, a inversão produzida no tratamento de meios e fins, e pelas consequências do mesmo, tem constituído uma preocupação central no que se haveria de chamar *ética do desenvolvimento* (ver GOULET, 1999). Nesse sentido, a perspectiva do aumento de capacidade e da sustentabilidade constitui um importante ponto de partida, embora a sua realização em

conceitos como *desenvolvimento humano e desenvolvimento sustentável* coloca mais de uma questão, dado o uso e abuso que tem sido feito do mesmo.

Ambas as abordagens expressam uma rejeição da orientação adotada pela maioria dos enfoques convencionais - marcada por uma visão reducionista do bem-estar, por um manifesto produtivista, e por desrespeito da natureza e da base de recursos físicos -, mas isso não significa que podem mesclar-se automaticamente para dar lugar a um novo paradigma. Como apontado por Sutcliffe (1995), a conveniência de combinar estes dois conceitos críticos de desenvolvimento, de estudar as suas relações e de promover estratégias que levem em conta as necessidades de ambos, não pode esconder que, muitas vezes, as tentativas de apresentá-los de forma conjunta refletem mais as boas intenções que a coerência analítica. Neste contexto, a análise dos requerimentos que levanta o avanço de uma nova noção de desenvolvimento, é uma opção promissora, que pode convergir tanto na perspectiva do desenvolvimento humano, como na da sustentabilidade. A este respeito, é de grande interesse a aproximação UI Haq (1999) sugerindo quatro requisitos principais para uma nova noção de desenvolvimento: geração de meios de vida, equidade, sustentabilidade e capacitação, que poderia muito bem ser interpretada como suas dimensões econômica, social, ecológica e política.

O **âmbito** da análise do desenvolvimento é outro, das principais questões que precisam elucidar para poder dar novos passos à frente. Se historicamente o desenvolvimento foi estudado e avaliado, especialmente no contexto dos Estados-nação, como principal e quase único espaço emancipatório, hoje em dia seu exame requer contemplar processos que operam e interagem em diferentes âmbitos e escalas, dando lugar a dinâmicas cujas análises tornam-se mais e mais complexas. A partir desta perspectiva, devemos considerar, em primeiro lugar, os processos globais, como reflexo da incontestável universalidade do desenvolvimento na atualidade. É certo que não existe uma cultura universal, nem a mesma percepção de alguns fenômenos em uns e outros lugares. Certo também que os anseios das pessoas se encontram peneirados distintas referências locais. Mas além destas considerações, a vida de todas as pessoas afetadas pela globalização, por uma universalidade factual (COROMINAS, 2007), determina a existência dos seres humanos através de uma complexa e densa rede de relações de interdependência.

Neste contexto, o apelo ao relativismo cultural e a negação de valores universais, podem acabar constituindo instrumentos para mascarar os vínculos reais de exploração e marginalização existentes no mundo e que é a origem do sofrimento de milhões de seres humanos e da ausência de oportunidades para os mesmos. Além disso, a reivindicação por referências básicas que permitam dispor de códigos compartilhados, capazes de garantir a expansão das capacidades de liberdade e igualdade de direitos, não implica de forma alguma negar a diversidade cultural, nem a potencialidade - para o desenvolvimento

humano e a sustentabilidade - formas locais de organização social compatíveis com aqueles²¹. Daí, a importância de vincular a reinterpretação do conceito de desenvolvimento e análises dos mecanismos regulatórios globais que permitam a promoção do desenvolvimento humano e a sustentabilidade em uns e outros lugares; que possibilitem, em suma, que o desenvolvimento da globalização não impeça a globalização do desenvolvimento, entendida esta como a universalização do bem estar humano.

No entanto, a consideração de um quadro de referências e um marco global não pode ser levantada em oposição à realidade diversa dos processos de desenvolvimento em uns e outros lugares. A este respeito, há muitas abordagens adotadas nos últimos tempos para a nova realidade do território não como âmbito, mas também como sujeito dos processos de desenvolvimento. A reavaliação dos espaços e locais e o aproveitamento das potencialidades próprias dos diferentes âmbitos territoriais constituem, a partir desta perspectiva, pilares de uma estratégia capaz de operar em diferentes escalas, frente a levantamentos meramente defensivos ou particularistas ante o fenômeno da globalização. Por respeito ao âmbito dos Estados-nação, não pode ser óbvio que os mesmos sigam constituindo uma realidade capaz de condicionar aspectos relevantes do processo de desenvolvimento, por mais que tenha perdido boa parte de sua capacidade de gestão sobre os mesmos. Finalmente, é preciso considerar também a articulação entre um e outro âmbitos, entre um e outro processos, o que tem a ver com a margem de manobra existente em diferentes espaços econômicos e sociais (MARTÍNEZ GONZÁLEZ - TABLAS, 2002) e também com o diferente papel que as instituições podem desempenhar em uns e outros²².

Por último, e referindo-se a **perspectiva metodológica**, é preciso salientar que o empenho em redefinir o desenvolvimento a partir de uma nova visão, de acordo com os problemas e desafios do momento presente, requer a adoção de uma abordagem multidisciplinar. Frente à inclinação economicista dominante nos estudos sobre desenvolvimento ao longo de várias décadas, os defensores pós-desenvolvimentista enfatizam a adoção de uma abordagem principalmente antropológica. No entanto, tanto a multidimensionalidade do conceito de desenvolvimento, como a interação e a articulação entre os âmbitos do mesmo, exigem a participação de distintas aproximações que vão desde as tradicionais – econômica, sociológica, política, antropológica – a outras, hoje essenciais, como são a ecológica ou a relacionada com a informação e comunicação.

²¹ Essas referências, cuja pertinência tem sido objeto de fortes controvérsias nos últimos anos – estariam alinhadas com a preocupação posta por Marta Nussbaum por oferecer *“las bases filosóficas para una explicación de los principios constitucionales básicos que deberían ser respetados e implementados por los gobiernos de todas las naciones, como mínimo indispensable para cumplir la exigencia de respeto hacia la dignidad humana”* (NUSSBAUM, 2002).

²² Em outro ponto debati a conveniência de distinguir entre a função de regulação e a função das agências quando se analisa o potencial das instituições para a promoção do desenvolvimento de uma ou outras áreas.

Além disso, os debates teóricos sobre o desenvolvimento são inseparáveis das propostas concretas decorrentes da mesma, tornando difícil a aceitação de qualquer paradigma cuja tradução prática é difícil de traduzir. Isso exige um especial esforço na área de avaliação, propiciando a busca de referências precisas que permitam avaliar avanços ou retrocessos em termos de desenvolvimento, que se referem à complexa questão dos indicadores. A este respeito, é preciso considerar não só a diversidade do mesmo – simples e complexos, quantitativos e qualitativos –, mas também suas próprias limitações como ferramentas de apoio para a análise de processos em que sempre haverá espaço para a interpretação e que, como expressão de uma realidade social viva, nunca poderia ser reduzida a um número.

As tentativas por quantificar aspectos concretos dos processos de desenvolvimento, requereria a utilização de magnitudes que normalmente são utilizadas em várias disciplinas científicas. Nesse sentido, a tradicional expressão monetária dos avanços e retrocessos em termos de desenvolvimento, associando unicamente variáveis como o PIB, o consumo, a economia ou o investimento é totalmente insatisfatória ao pretender adotar uma abordagem multidimensional. Além disso, é preciso marcar que a expressão monetária alguns fenômenos - e a alocação do preço correspondente - não é de forma alguma processo inocente. Como observa Gudynas (2002), referindo-se à valoração econômica do meio natural, tal atribuição reflete um tipo de racionalidade muito concreta, com base em aspectos como a maximização de benefícios ou o uso utilitarista dos recursos naturais. Isto força a contemplar novas metodologias de medição e avaliação, capazes de cobrir um número maior de indicadores e variáveis expressas em diferentes magnitudes (unidades de energia, anos de expectativa de vida, pegada ecológica, etc.), assim como também outros aspectos qualitativos difíceis de quantificar, que reforçam a necessidade de afirmar uma abordagem multidisciplinar.

Para finalizar, devo enfatizar que os esforços para rever o conceito de desenvolvimento não podem ignorar o caminho seguido durante muitas décadas pela economia de desenvolvimento e, mais geralmente, pelos *estudos sobre desenvolvimento*. Não a partir do zero, mas as considerações e o estudo de uma trajetória anterior – com os erros, mas também com contribuições importantes –, que tira algumas lições fundamentais. Por um lado, a constatação do fracasso associada a uma noção produtivista, predatória de recursos e, muitas vezes, contra a vontade e as aspirações do povo, uma forma de compreender o desenvolvimento que, como observado, levou ao mau-desenvolvimento. Mas, por outro lado, é preciso reconhecer que esse fracasso, apesar de seu alcance mundial e seu envolvimento Intergeracional, teve uma diferente tradução histórica sobre uns e outros lugares e conseqüências bem distintas sobre umas e outras sociedades. Nem o mau desenvolvimento tem tido as mesmas repercussões para uns e para outros, nem a maioria das vítimas foram - ou são - concentradas nas mesmas regiões

do mundo. Portanto, a necessidade já expressa de superar a dicotomia do conceito de desenvolvimento/subdesenvolvimento, por não responder adequadamente às exigências de um quadro teórico como o que hoje se requer, não pode supor o abandono da equidade como referência essencial na hora de analisar os processos²³. A recusa em usar categorias como *países desenvolvidos e subdesenvolvidos* nos termos em que estes conceitos foram totalmente levantados até hoje, não significa obviar uma realidade caracterizada pela enorme desigualdade de oportunidades que tem os seres humanos em umas e outras áreas do mundo, e também, cada vez mais, dentro de cada país.

O conjunto de reflexões levantadas não pretende reduzir o debate a uma questão meramente conceitual, como se a realização de uma maior precisão teórica sobre o conceito de desenvolvimento dotasse automaticamente a este alcance prático, para o desenvolvimento, independentemente dos interesses envolvidos, da relação de forças sociais e, em última análise, independentemente da política. Mas não é verdade que a teoria tem sido muitas vezes utilizada como uma cobertura para tomar decisões políticas, pelos avanços que podem surgir na interpretação teórica da realidade social e na consequente precisão conceitual, contribuiu, em alguma medida, para restringir o campo de argumento daqueles que - contra tantas evidências - se empenham em manter as velhas suposições, assim como fornecer uma base mais sólida a essas propostas orientadas a transformar a realidade com o objetivo de ampliar as opções de vida atual e das futuras gerações, ou seja, orientadas para o desenvolvimento das pessoas e das sociedades.

EPÍLOGO: DESENVOLVIMENTO, MAU DESENVOLVIMENTO E CRISES

Quando este ensaio estava praticamente completo, uma nova variável veio adicionar ao conjunto de elementos que influenciam os processos de desenvolvimento na atualidade. De fato, uma grave crise econômica, de proporções sem precedentes nas últimas décadas, ameaça a existência de milhões de seres humanos em umas e outras partes do mundo, determinando as estratégias dos governos e organismos multilaterais para o bem-estar do desenvolvimento.

A primeira questão levantada por esta nova crise se refere ao caráter da mesma. Estamos ante um fenômeno conjuntural, ante uma manifestação de vulnerabilidade, característica do capitalismo global de nossos dias, que mais cedo ou mais tarde encontrará mecanismos de correção - como apontam alguns -, ou, pelo contrário, nos encontramos, ante uma crise sistêmica - como observaram outros -? Em nossa opinião, com independência de aspectos mais ou menos conjunturais, podem ajudar a aliviar ou

²³ Mais uma vez cabe enfatizar a potencialidade da proposta de Ul Haq (1999) sobre as exigências do desenvolvimento.

agravar a crise. O certo é que determinadas características da mesma, são inseparáveis do modelo de desenvolvimento sobre o qual refletimos neste trabalho.

Com toda certeza, serão suficientes os que insistem em explicações parciais ou circunstanciais sobre os problemas presentes, recusando-se a aceitar o seu caráter estrutural. Ele se manifestará em análises e propostas que centram de novo sua atenção na brusca interrupção do crescimento econômico, depois de anos de otimismo e até mesmo euforia ou, na melhor das hipóteses, em análises e propostas que tentam resolver os aspectos mais dilacerantes do peripatético liberalismo defendido por alguns círculos do poder econômico e político. Ele deriva provavelmente de uma literatura sobre a crise completamente removida do debate sobre o desenvolvimento e desvinculada de alguns dos problemas mais graves, que ameaçam em alguns casos, e impedem em outros, o bem-estar da maioria da humanidade.

No entanto, qualquer que seja a sequência da crise e seu impacto sobre o crescimento no futuro próximo, o fato é que os elementos geradores do mau desenvolvimento seguirão presentes, se não se adotar medidas corretivas de caráter estrutural. Mas também, qualquer tentativa de recuperação do crescimento que se assenta sobre as mesmas bases de antes e, portanto, se levanta de volta a equidade, sustentabilidade ou os direitos humanos, estará condenada a novos episódios de instabilidade, cada vez mais recorrentes. A verdade é que, apesar da tentativa de alguns em apresentar como o indiscutível triunfo do atual modelo de globalização, o crescimento experimentado pela economia mundial durante os últimos anos, tem representado – como já observou alguns – um voo louco para frente, cuja fragilidade havia acabado de manifestar-se de forma dramática.

Pouco tempo atrás, em um artigo, C. Berzosa argumenta que "o forte crescimento da economia mundial - especialmente em algumas partes do mundo - tem alguns toques de sinos de júbilo. Os negócios florescem e as perspectivas de negócios falam, geralmente, de um futuro promissor, no qual a produção e venda de bens e serviços deverão continuar aumentando. O bolo se amplia e com ele, as expectativas de negócios. No entanto, frente a esse alvoroço não deveria perder-se de vista que o aumento das desigualdades e da incapacidade de conter a extensão da pobreza em muitas partes do mundo, constituem, junto com a ameaça da mudança climática, alguns traços que caracterizam o atual padrão de crescimento (...) Portanto, nas atuais circunstâncias, deve-se ressaltar que a economia global está crescendo de forma desequilibrada, baseada num modelo desintegrador como social e depredador como ecológico, solidário frente a quem hoje sofre dificuldades e também com aqueles que ainda não nasceram. Um modelo que, finalmente, pode acabar se voltando contra seus impulsores, desaparecendo as otimistas expectativas estabelecidas por alguns e, o que é pior, varrendo muitas pessoas que ainda hoje, já no século XXI, esperam em muitos lugares do mundo, uma chance de escapar da pobreza. A economia

mundial passeia, mas no lombo de um tigre, cujas faces podem acabar devoradas"(C. BERZOSA E K. UNCETA, 2007). Hoje, apenas dois anos depois destas reflexões, existe um amplo consenso sobre a ausência de controle como a principal característica da situação que contribui para aumentar a desconfiança e a incerteza.

Se olharmos para o que aconteceu em outros momentos da história, podemos observar que a crise teve distintos efeitos no debate sobre o desenvolvimento. Assim, por exemplo, as questões de médio e longo prazo que ocuparam e preocuparam os pensadores em fase de expansão, como foi no século XIX, deixaram praticamente de estar presentes durante o período entre guerras, onde as preocupações de curto prazo, derivadas da gravidade da crise, centraram toda a atenção do debate. Em vez disso, uma vez estabelecida as bases para a recuperação após a revolução keynesiana, os interesses por definir e estudar os instrumentos geradores de progresso e bem-estar mais uma vez presentes, dão como resultado, o surgimento do que ficou conhecido como a economia do desenvolvimento em décadas após a Segunda Guerra Mundial.

O que aconteceu após o fim da expansão do pós-guerra e o início da crise nos anos setenta do século passado é um pouco mais complexo, em termos globais. Voltou-se a repetir novamente a prioridade para o curto prazo e o abandono dos debates sobre bem-estar. As políticas keynesianas, concebidas para estratégias de desenvolvimento de caráter nacional, se mostraram ineficazes para gerir o surgimento de novas condições do processo de produção, facilitando assim o reaparecimento em cena das propostas liberais que, se num primeiro momento foram apresentadas como saída conjuntural para a crise, logo se tornaria uma nova doutrina oficial sobre a orientação global da economia, indo tão longe a ponto de culpar as políticas de desenvolvimento seguidas até então de boa parte dos problemas encontrados.

Mas, além de diagnósticos e propostas sobre a necessidade de se reservar a chefia do mercado quase exclusivo do processo econômico, a nova ortodoxia neoliberal varreu para longe, algo de suma importância, que tinha conseguido congelar como referência quase obrigatória no debate econômico e político: a ideia do bem comum, da existência de interesses coletivos, cuja garantia se encontrava necessariamente vinculada ao papel das instituições públicas, e da noção de estado social e democrático de direito. Assim, a nova reivindicação do interesse individual como o motor do progresso e a competência frente à solidariedade como fundamento da ordem social constituem o germe de distintos problemas sociais (vinculados ao aumento das desigualdades e da marginalização de amplos setores), ecológicos (como consequência da prioridade concedida ao consumo e a ganância da rentabilidade a curto prazo, frente a eficiência e a preocupação com as futuras gerações), e políticos (abandonando-se a prioridade dos direitos humanos frente aos interesses empresariais e permitindo-se uma gradual degradação da democracia, uma vez que há aumento da violência e dos conflitos).

Como já foi referido mais atrás, o balanço das últimas décadas não pode ser menos favorável do ponto de vista da evolução dos problemas do mau desenvolvimento que começaram a surgir mesmo antes da crise dos anos setenta. O surpreendente e paradoxal desse período que agora parece ter terminado de forma abrupta, tem sido a capacidade de atingir as propostas neoliberais apresentadas como alternativas de médio e longo prazo, como fórmula universal capaz de incorporar o progresso humano, como modelo definitivamente triunfante frente a todos os experimentados anteriormente.

Nestas circunstâncias, não é fácil prever as consequências que a crise atual pode ter em debates sobre desenvolvimento. É provável - isso já aconteceu antes - que todos os esforços políticos e intelectuais se concentrem em recuperar o quanto antes - e a qualquer preço - o caminho do crescimento econômico e que, conseqüentemente, ficam adiadas todas as outras considerações, incluindo as relativas à equidade, a sustentabilidade, ou os direitos humanos, ampliando assim as características do mau desenvolvimento a que temos nos referido. Em caso de ter "sucesso", uma estratégia deste teor poderia satisfazer os interesses e preocupações de curto prazo dos grupos econômicos e setores sociais, com mais capacidade de influenciar a opinião pública e a tomada de decisões políticas, em detrimento de um desenvolvimento humano sustentável capaz de representar uma alternativa de bem estar universalizado, enquanto compatíveis com os direitos das futuras gerações. Mas isso não poderia evitar o recorrente surgimento das crises sociais, ambientais e políticas, inerentes a um modelo econômico desequilibrado, frágil, e cada vez mais instável. Daí, a urgência em propor alternativas para a atual crise econômica que vai mais além da circunstancial que, em sintonia com as exigências do desenvolvimento humano e da sustentabilidade, levando a mudanças estruturais na maneira de organizar a produção e a distribuição e o serviço das pessoas, em consonância com a preservação dos recursos.

REFERENCIAL

ACUNÁ, C. H. y Smith, W. C. 1996. *La economía política del ajuste estructural: la lógica de apoyo y oposición a las reformas neoliberales*. Desarrollo Económico 36 (141): 355-389.

AMIN, S. 1990. *Maldevelopment. Anatomy of a Global Failure*, Zed Books, London.

BANCO MUNDIAL 1998. *Informe sobre el Desarrollo Mundial*. Washington D. C.

BANCO MUNDIAL 2003. *Informe sobre el Desarrollo Mundial*. Washington D. C.

BARAN, P. (1959): *La economía política del crecimiento*. Fondo de Cultura Económica. México.

BERZOSA, C. (2006): “*Economía del subdesarrollo y subdesarrollo de la economía*”. *Principios: Estudios de Economía Política n° 4*: pp. 5-22.

BERZOSA, C. y Unceta, K. (2007): *Cabalgando a lomos de un tigre*. El País, 23 abril. Madrid.

BOSERUP, E. 1970. *The Woman's role in economic development*. George Allen and Unwin, London.

BUSTELO, P. 1998. *Teorías contemporáneas del desarrollo económico*. Ed. Síntesis, Madrid.

CLARK, C. 1971. *Las condiciones del progreso económico*. Alianza Universidad. Madrid (primera edición en inglés, 1939).

COMISIÓN MUNDIAL DEL MEDIO AMBIENTE Y DEL DESARROLLO. 1987. *Nuestro Futuro Común*. Alianza Editorial. Madrid.

COROMINAS, J. 2007. *Diversidad de culturas, igualdad de derechos*. [www.uca.edu.sv/facultad/chn/cl1170/aleman.html].

CHENERY, H. M. S. Ahluwalia, C. L.G. Bell, J. H. Dulloy, R. Jolly y D. C. Rao. 1976. *Redistribución con Crecimiento*. Tecnos y Banco Mundial. Madrid.

DANECKI, J. (ED.) 1993. *Insights into maldevelopment. Reconsidering the idea of progress*. University of Warsaw, Institute of Social Policy. Warsaw.

DEL RIO, E. 1997. *Modernidad, postmodernidad*. Talasa. Madri.

DOYAL, L. y Gough, I. 1994. *Teoría de las necesidades humanas*. FUHEM-Icaria. Barcelona.

ESCOBAR, A. 2005. *El 'postdesarrollo' como concepto y práctica social*, pp. 17-31, En. “Políticas de economía, ambiente, y sociedade em tempos de globalización” (D. Mato, coord.). Universidad Central de Venezuela, Caracas.

ESTEVA, G. 1992. *Development*, pp. 6-25, En: “The development dictionary: a guide to Knowledge as power” (W. Sachs, ed.). Zed Books, London.

FRANK, A. G. 1971. *El desarrollo del subdesarrollo*. Cuadernos Anagrama. Barcelona.

GALBRAITH, J. K. 1967. *El nuevo Estado industrial*. Ariel. Barcelona.

GALBRAITH, J. K. 1994. *Um viaje por la economía de nuestro tempo*. Ariel. Barcelona.

GIDDENS, A. 1990. *Consecuencias de la modernidade*. Alianza Editorial. Madrid.

GOULET, D. 1999. *Ética del Desarrollo. Guía teórica y práctica*. IEPALA, Madrid.

GRIFFIN, K. y Knight, J. (Eds.) *Human Development and the International Development Strategy for the 1990s*. MacMillan. London.

GUDYNAS, E. 2002. *Ecología, Economía y Ética del Desarrollo Sostenible en América Latina*. DEI-UNED-UBL. San José, Costa Rica.

HIRSCHMAN, A. O. 1980. *Auge y ocaso de la teoría económica del desarrollo*. El Trimestre Económico 188:1055-1077.

LAL, D. 1985. *The poverty of "Development Economics"*. Harvard University Press, Cambridge.

LATOUCHE, S. 1991. *La planète des naufragés*. La Découverte. Paris.

LATOUCHE, S. 2007. *Sobrevivir al desarrollo*. Icaria. Barcelona.

MARTÍNEZ GONZÁLEZ-TABLAS, A. 2002. *Globalización y recomposición de los espacios económicos nacionales. El margen de manobra de las economías en entornos globales*, pp. 25-63, En "Grandes áreas de la economía mundial" (E. Palazuelos y M. J. Vara, coords.). Ariel, Barcelona.

MARTINEZ PEINADO, J. 2001. *El Capitalismo global*. Icaria. Barcelona.

MAXNEEF, M. A. 1994. *Desarrollo a escala humana*. Icaria – Nordan Comunidad, Barcelona.

MARX, K. 1853. *Futuros resultados de la dominación británica en la India*. Edición en vcastellano em Obras Escogidas de Editorial Progreso, Moscú, 1976.

MARX, K. y ENGELS, F. 1848. *El Manifiesto Comunista*. Edición em castellano de Ed. Ayuso, madrid, 1975.

MEADOWS, D. H. , Meadows, D. L., Randers, J. y Behrens III, W. W. 1972. *Los límites del crecimiento*. Fondo de Cultura Económica, México.

MEIER, G. M. y Seers, D. (eds.) 1984. *Pioneers in development*. Oxford University Press, New York.

MORAWETZ, d. 1977. *Twenty-five years of economic development: 1950 to 1975*. Word Bank, Washington.

NAREDO, J. M. 1987. *La economía en evolución*. Siglo XXI, Madrid.

NAREDO, J. M. 1997. *Sobre el origen, el uso y el contenido del término sostenible*. Universidad Politécnica de Madrid. [<http://habitat.aq.upm.es/libros/bibliog./ra004.html>]

NUSSBAUM, M. 2002. *Las mujeres y el desarrollo humano: el enfoque de las capacidades*. Herder. Barcelona.

- PALMA, G. 1987. *Dependencia y desarrollo: una visión crítica*, pp. 21-89, En: “La teoría de la dependência. Uma revaluación crítica” (D. Seers, comp.). Fondo de Cultura económica. México.
- PERROUX, F. 1984. *Pour une philosophie du nouveau development*. Serbal-Unesco, Paris.
- PIGOU, A. C. 1920. *The economics of welfare*. Edición en castellano, Aguilar, Madrid, 1946.
- RIST, G. 2002. *El desarrollo: historia de una creencia occidental*. IUDC-La Catarata. Madrid.
- ROSTOW, W. 1961. *Las etapas del crecimiento económico*. Fondo de Cultura Económica, México.
- SACHS, I. 1981. *Ecodesarrollo: concepto, aplicación, beneficios y riesgos*. Agricultura y Sociedade 18: 9-32.
- SACHS, W. (ed.) 1992. *The development dictionary: a guide to Knowledge as power*. Zed Boks. London.
- SAMPEDRO, J. L. y Berzosa, C. 1996. *Conciencia del subdesarrollo, veinticinco años después*. Taurus, Madrid.
- SCITOVSKY, T. 1986. *Frustraciones de la riqueza*. Fondo de Cultura Económica. México.
- Seers, D. 1969. *The Meaning of Development*. International Development Review 11 (diciembre): 2-6.
- SEN, A. K. 1990. *Development as capability expansion*, pp. 41-58, En: “Human Development and the International Development Strategy for the 1990s” (K. Griffin y J. Knight, eds.). MacMillan, London.
- SLIM, H. 1998. *¿Qué es el desarrollo?*, pp.65-70, En: “Desarrollo y diversidad social” (M. Anderson, coord.). Icaria, Barcelona.
- SMITH, A. 1776. *An inquiry into the nature and causes of the wealth of nations*. Edición en castellano por Oikos-Tau, Barcelona, 1988, sobre la versión de R. H. Campbell y A. S. Skinner, Oxford University Press, 1976.
- STIGLITZ, J. 2002. *El malestar en la globalización*. Taurus, Madrid
- STREETEN, P. 1981. *First Things First: Meeting Basic Needs in Developing Countries*. Oxford University Press. Washington.
- SUTCLIFFE, B. 1995. *Desarrollo frente a Ecología*. Revista de Ecología Política, Barcelona, 9: 27-49.

TORTOSA, J. M. 2001. *El juego global: maldesarrollo y pobreza em el sistema mundial*. Icaria. Barcelona.

UL HAQ, M. 1999. *Reflections on Human Development*. Oxford India Paperbacks. Nueva Delhi.

UNCETA, K. 1999. *Globalización y desarrollo humano*. *Revista de Economía Mundial* 1: 149-162.

United Nations 2006. *Diverging Growth and Development*. World Economic and Social Survey 2006. United Nations. New York.

VIDAL VILLA, J. M. 1996. *Mundialización. Diez Tesis y otros artículos*. Icaria. Barcelona.

ZABALA, I. 1999. *Un viaje a través del tempo: 30 años de pensamiento económico feminista en torno al desarrollo*, pp. 337-363, En: "Mujeres y economía: nuevas perspectivas para nuevos y viejos problemas" (C. Carrasco, ed.). Icaria. Barcelona.

ZABALA, I. 2006. *La perspectiva de género en los análisis y en las políticas del Banco Mundial. Su evolución y sus límites*. Servicio Editorial de la UPV/EHU. Bilbao.

Recibido em: 10/04/2013

Aprovado em: 09/09/2013